**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS**
**ACADEMIA REAL MILITAR (1811)**
**CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**João Pedro Pereira Leal**

# ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI ENTRE 2004 À 2017 E OS REFLEXOS PARA A DOUTRINA DAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO NO BRASIL

**Resende**
**2021**

**João Pedro Pereira Leal**

# ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI ENTRE 2004 À 2017 E OS REFLEXOS PARA A DOUTRINA DAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Orientador: Francisco Bento Ferreira Neto

Resende
2021

**João Pedro Pereira Leal**

# ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI ENTRE 2004 À 2017 E OS REFLEXOS PARA A DOUTRINA DAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Aprovado em _____ de _____de 2021:

Banca examinadora:

_____

**Francisco Bento Ferreira Neto – 1º Ten**
(Presidente/Orientador)

_____

_____

Resende
2021

Dedico este trabalho aos meus pais, Ana Paula e Evandro, que me incentivaram a percorrer até aqui. A base da família foi essencial para alcançar meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que esteve comigo nas agruras da formação, que me guiou, protegeu e abençoou até o presente momento, assim como à Mãe Maria, que intercedeu para que tudo ocorresse bem.

À família, por nortear esta caminhada, com a educação e os valores transmitidos durante o meu crescimento e desenvolvimento. Em especial, agradeço aos meus pais, Evandro e Ana Paula, que vivenciaram de perto a formação, presentes nos melhores e piores momentos e que me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos. Aos meus avós, Maria de Lourdes, Vanda e Dalmi, que somaram muitos esforços para que eu chegasse até aqui. Agradeço também à Milena, que mesmo diante da distância que nos separa me compreendeu em cada fase da formação e me deu forças para continuar. Acredito que o futuro nos reserva coisas maravilhosas. Além disso, deixo meu agradecimento aos camaradas que carregaram o fardo comigo durante os 5 anos de caserna. Juntos, chegamos mais longe.

Agradeço a presença e os ensinamentos colhidos dos diversos Oficiais que participaram da formação como instrutores e professores, me transmitindo valores e ensinamentos imprescindíveis para o processo de maturação do jovem Oficial.

Por fim, deixo meu agradecimento ao meu orientador, Tenente Ferreira Neto, por todo tempo desprendido em função de orientar o desenvolvimento deste trabalho, abrindo mão de horários de lazer e descanso em prol da minha formação. Sua orientação foi de suma importância para a realização deste sonho de me tornar Oficial do Exército Brasileiro.

# RESUMO

## ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI ENTRE 2004 À 2017 E OS REFLEXOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO NO BRASIL

AUTOR: João Pedro Pereira Leal
ORIENTADOR: Francisco Bento Ferreira Neto

As missões de manutenção da paz surgiram em função da necessidade das Nações Unidas em evitar a eclosão de conflitos latentes entre governos e grupos não estatais, característica comum da guerra de quarta geração que está presente no mundo contemporâneo. A necessidade de proteger, garantir a paz mundial e a promoção dos direitos humanos são as razões pelas quais a Organização das Nações Unidas mantém suas atividades, desdobrando tropas em diversas regiões do mundo. Este trabalho se desenvolverá baseado nas ações realizadas pelo Exército Brasileiro sob a tutela da Organização das Nações Unidas durante a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. O Haiti foi palco de décadas de corrupção de violência promovidas por grupos que monopolizavam as instituições e os mecanismos estatais do país. A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti foi a operação desenvolvida com a premissa de reestabelecer a normalidade institucional do Haiti e contou com uma coalizão formada por forças militares internacionais e uma duração compreendida em cinco fases, passando pelo uso da força propriamente dita à reconstrução estrutural do Haiti após os desastres naturais ocorridos nas fases finais da operação. O Brasil teve posição de destaque, uma vez que contribuiu com o maior contingente e recebeu a maior área de responsabilidade. Partindo desta premissa, este trabalho verificará a repercussão da atuação do Exército Brasileiro na missão e na influência da referida missão para a doutrina das operações em ambiente urbano. Além da doutrina, a missão de paz no Haiti contribuiu posteriormente na condução de operações urbanas nos Estados Brasileiros, como o Rio de Janeiro. Este trabalho contou com uma pesquisa realizada em bancos científicos e entrevistas com militares que participaram da missão.



**Palavras-chave:** Organização das Nações Unidas. Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti. Exército Brasileiro. Forças Armadas.

## ABSTRACT

**THE BRAZILIAN ARMY'S PERFORMANCE IN THE UNITED NATIONS MISSION FOR THE STABILIZATION OF HAITI BETWEEN 2004 TO 2017 AND THE REFLECTIONS FOR THE DEVELOPMENT OF URBAN OPERATIONS IN BRAZIL**

AUTHOR: João Pedro Pereira Leal
ADVISOR: Francisco Bento Ferreira Neto

The peacekeeping missions arose due to the need of the United Nations to prevent the emergence of latente conflicts between governaments and non-state groups, a common characteristic of the fourth generation war that is presente in the contemporany world. The need of protect, guarantee world peace and the promotion of human rights are the reasons why the United Nations maintains the activities, deploying troops in diferente regions of the world. This work will be developed based on the actions carried out by the Brazilian Army under the tutelage of the United Nations during a United Nations Mission for the Stabilization of Haiti. Haiti was the scene of decades os corruption promoted by groups that monopolized the country's institutions and state mechanisms. The United Nations Mission for the Stabilization of Haiti was na operation developed with the premisse of reestablishing the institutional normality of Haiti and had a coalition formed by international military personnel and several phases of action, including the use of force and the structural reconstruction of Haiti after the natural disasters that occured in the end of operation. Brazil had a prominent position, since it contributed with the largest contingente and the largest área of responsability. Based on this premise, this work sought to verify the repercussion of the Brazilian Army's activitied in the mission and the influence of the mission for the doctrine of the urban operations. In addition to the doctrine, a peacekeeping mission in Haiti subsequently contributed to the conduct of urban operations of Brazilian states, like Rio de Janeiro. This work relied on a survey carried out in specialized banks and reported with military personnel who participated on the mission.



**Keywords:** United Nations. United Nations Mission for the Stabilization of Haiti. MINUSTAH. Brazilian Army. Armed Forces.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espectro de paz e atividades de segurança.....21
Figura 2 - *MINUSTAH Organization Chart*.....23
Figura 3 - Organograma das Forças Militares da MINUSTAH.....24
Figura 4 - Área de atuação do BRABAT.....31
Figura 5 – Porto Príncipe em Dezembro de 2006.....32
Figura 6 – Porto Príncipe em 2008 após a pacificação realizada pelo BRABAT.....33
Figura 7 – Colete balístico utilizado em 2005.....39
Figura 8 – Colete balístico utilizado em 2014.....40
Figura 9 – Colete balístico utilizado em 2017.....41

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Enfrentamento com a Força Adversa BRABAT 2006.....32

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| UIT | União Internacional das Telecomunicações |
| UPU | União Postal Universal |
| EUA | Estados Unidos da América |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| UNTSO | *United Nations Truce Supervision Organization* |
| UNEF 1 | *United Nations Emergency Force I* |
| R2P | *Responsability to Protect* |
| PMO | *Peacemaking Operations* |
| PKO | *Peacekeeping Operations* |
| PBO | *Peacebuilding Operations* |
| PNH | Polícia Nacional Haitiana |
| DDR | Programa de Desarmamento e Reintegração |
| ACNUDH | Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos |
| BRABAT | Batalhão Brasileiro de Força de Paz |
| DOPAZ | Destacamento de Operações de Paz |
| TTP | Técnicas Táticas e Procedimentos |
| GLO | Garantia da Lei e da Ordem |
| BRAENGCOY | Companhia de Engenharia da Força de Paz |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| OCCA | Operações de Coordenação e Cooperação entre Agencias |
| PBCV | Posto de Bloqueio de vias |
| OCD | Operação de Controle de Distúrbios |
| PSE | Posto de Segurança Estático |
| OBA | Operações de Busca e Apreensão |
| CIOPAZ | Centro de Instrução de Operações de Paz |
| SGTM | *Standard Generic Training Module* |
| *VUCA* | volátil, incerto, complexo e ambíguo |
| FAL | Fuzil Automático Leve |
| MOU | Memorando de Entendimento |
| SOFA | *Stand Of Force Agreement* |
| SOP | *Standard Operating Procedures* |
| EAOP | Exercício Avançado de Operações de Paz |
| DOP | Destacamento de Operações Psicológicas |
| CCOPAB | Centro Conjunto de Operações de Paz |
| ACISO | Ações Cívico-Sociais |
| CEPAEB | Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro |
| GAAPAZ | Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz |
| VBTP | Viatura Blindada de Transporte de Pessoal |
| IBOPE | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO**.....13
1.1 OBJETIVOS.....15
**1.1.1 Objetivo geral**.....15
**1.1.2 Objetivos específicos**.....15
**2 REFERENCIAL TEÓRICO**.....16
**2.1 HAITI E MINUSTAH**.....16
2.1.1 DESESTABILIZAÇÃO DO HAITI.....16
2.1.2 ONU.....18
2.1.2.1 Estrutura Organizacional da ONU .....18
2.1.2.2 Operações de paz e sua classificação.....20
2.1.3 MANDATO E OBJETIVOS DA MINUSTAH.....21
2.1.3.1 Ambiente Seguro e Estável.....21
2.1.3.2 Processos Políticos.....22
2.1.3.3 Direitos Humanos.....22
2.1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MINUSTAH.....22
**2.2 PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH**.....24
2.2.1 Motivos que influenciaram a participação brasileira.....24
2.2.2 O preparo da tropa.....28
2.2.3 Missão do Brabat.....30
2.2.4 FASES DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO HAITI.....33
2.2.4.1 Primeira Fase.....33
2.2.4.2 Segunda Fase.....34
2.2.4.3 Terceira Fase.....35
2.2.4.4 Quarta Fase.....36
2.2.4.5 Desmobilização.....36
2.2.5 CONSEQUÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DA ATUAÇÃO DA TROPA.....37
2.2.6 Influência da MINUSTAH para a doutrina das Operações Urbanas.....38
**3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**.....43
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....43
3.2 MÉTODOS.....43

3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA.....44
**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....47
**5 REFERÊNCIAS**.....50
**6 APENDICE A – ENTREVISTA**.....51
**7 APENDICE B - TRANSCRIÇÃO DA RESPOSTA**.....52

# 1 INTRODUÇÃO

As grandes guerras mundiais e os conflitos pós-modernos revelaram uma realidade um tanto quanto preocupante para a sociedade: os desejos em obter novos territórios, recursos e de introduzir uma ideologia dominante tinham como resultado o acréscimo no grau de violência, efeitos colaterais irreparáveis e a prática de ações condenáveis, como o Holocausto e os genocídios causados por governos da época. Fez-se necessário a criação de um órgão capaz de mediar a tensão entre nações com o objetivo de evitar novos conflitos de mesma envergadura. Segundo a Carta das Nações Unidas, em seu preâmbulo, os objetivos deste órgão que viria a ser a ONU, eram a promoção do progresso econômico e social de todos os povos, a prática à tolerância e a paz, unindo esforços para manter a segurança internacional. Surgia então a Organização das Nações Unidas (ONU) que tinha em seu escopo a promoção da paz mundial e proteção dos direitos humanos. Ao longo de sua história, a ONU pôs em pratica sua missão de evitar novos conflitos entre nações e, além disso, passou a ser um órgão responsável por proteger indivíduos cujos direitos humanos não são resguardados pelas nações que fazem parte ou que são oriundos de crises humanitárias, caracterizando, assim, as missões de paz.

A relação entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto das missões de paz vem se demonstrando amistosa. Membro desde a criação da Organização, o Brasil possui vasto histórico de participação nas ações de pacificação empreendidas pelo órgão, com destaque nos conflitos de Suez, Congo, Angola e Haiti. Partindo deste pressuposto, o objeto de estudo deste trabalho será a participação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) entre os anos de 2004 e 2017, identificando as contribuições da operação para o desenvolvimento das operações urbanas no Brasil.

O Haiti possui um histórico de corrupção nas instituições basilares de Estado, como milícias formadas no seio da Polícia Nacional Haitiana e poderes constitucionais monopolizados por partidos políticos. A sociedade, por décadas, esteve fora das prioridades de programas governamentais, gerando um quadro de instabilidade social e extrema pobreza. Além disso, o surgimento de grupos paramilitares aumentou a tensão social do país. O estopim foi a rebelião armada da província de Gonäives, o que obrigou o então presidente Jean Bertrand Aristide a renunciar e se exilar fora do país, criando uma vacância de poder disputada por milícias e grupos criminosos locais. Era o momento exato da intervenção da ONU que, pautada na Resolução 1542 de 30 de Abril de 2004, instituiu a MINUSTAH.

No primeiro capítulo, foi feito um estudo a respeito dos antecedentes que influenciaram na desestabilização do Haiti e resultaram na criação da MINUSTAH. Seguindo a linha cronológica, foi realizado um estudo a respeito da MINUSTAH, identificando seu mandato, sua organização e os objetivos da missão. Já no terceiro capítulo, restringindo ainda mais o estudo, está a participação brasileira na missão, momento no qual foram identificados os motivos que levaram a participação brasileira na operação, o preparo da tropa, as fases da atuação e as consequências doutrinárias para o Brasil e para as operações urbanas.

Com base nas demandas feitas por estes questionamentos, a pesquisa buscou subsídios dentro do contexto das relações internacionais, mais especificamente das operações de manutenção da paz com base em documentos e relatos produzidos por militares que participaram da MINUSTAH para observar se a participação brasileira cumpriu com seus objetivos e serviu de adestramento das Forças Armadas em tempos de paz, missões que serão desempenhadas pelos futuros oficiais formados na Academia Militar das Agulhas Negras. Além disso, verificar se houve evoluções advindas da missão para as operações urbanas do Brasil, como o aprimoramento de materiais e evoluções das TTPs do combate urbano. O estudo buscou também verificar, junto ao Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU) os reflexos da MINUSTAH para a atualização dos conhecimentos ministrados pelo Centro, além do aprimoramento material e pessoal advindos da operação.

A relevância deste trabalho está relacionada na identificação das evoluções doutrinárias advindas da MINUSTAH para as operações urbanas do Brasil, uma vez que o combate contemporâneo está cada vez mais focado nas áreas urbanizadas. O trabalho se justifica, uma vez que o conhecimento a respeito da evolução dos materiais utilizados e da doutrina empregada é de grande importância para o Exército Brasileiro, principalmente para as próximas gerações de oficiais, que serão empregados em operações deste espectro. Por fim, os resultados alcançados poderão auxiliar na formação das futuras gerações de oficiais da AMAN, visto que serão fonte de consulta para o aprimoramento técnico-profissional dos recursos humanos advindos da Academia Militar.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é verificar a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH, de 2004 a 2017, sob o aspecto da preparação, emprego e possíveis lições aprendidas e, desta forma, identificar possíveis reflexos para a doutrina de Operações em Ambiente Urbano do Exército Brasileiro.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Compreender as forças políticas, econômicas e sociais que atuaram como gênese para a desestabilização do Haiti.

Apresentar os objetivos da MINUSTAH baseados em seu mandato, sua estrutura organizacional e os motivos que influenciaram o Brasil a participar da MINUSTAH.

Identificar a missão do Batalhão Brasileiro de Força de Paz em cada período da MINUSTAH.

Identificar as possíveis consequências doutrinárias da MINUSTAH para o desenvolvimento das Operações em ambiente urbano no Brasil, evidenciando o aprimoramento material e as evoluções doutrinárias.

Apresentar o ponto de vista de um grupo de militares que participaram da MINUSTAH e instrutores do Centro de Instrução de Operações Urbanas.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

## 2.1 HAITI E MINUSTAH

### 2.1.1 DESESTABILIZAÇÃO DO HAITI

Em um primeiro momento, para melhor compreensão do que foi a MINUSTAH, faz-se necessário ter conhecimento a respeito da origem da crise instalada no Haiti que motivou o Conselho de Segurança da ONU a implementar uma missão de manutenção da paz. Neste primeiro capítulo, serão apresentadas os motivos que favoreceram a desestabilização do Haiti, além das bases legais que possibilitaram o envio de tropas, dentre elas a tropa brasileira, para o território haitiano com o objetivo de restabelecer a normalidade institucional daquele país.

O Haiti foi a segunda república do Continente Americano a se tornar independente em 1º de Janeiro de 1804 e teve destacada participação de negros escravizados como agentes do processo de independência à metrópole. A vanguarda haitiana foi tão expoente que influenciou outras colônias a iniciarem o processo de independência das metrópoles europeias. Nos dias atuais, o Haiti é o país mais pobre da América Latina, demonstrando que, mesmo com o pioneirismo, a administração corrupta do país nos anos vindouros sujou a história da consolidação do país (CORREA, 2009).

A sociedade haitiana foi se desenvolvendo ao longo da história com uma estrutura colonial composta por latifundiários e por pessoas de baixa condição social. Uma característica que o difere das demais colônias americanas é a existência de negros não escravizados e negros que conquistavam a própria liberdade, sendo habilitados a adquirir propriedade e torna-la cultivável. Além disso, o código negro de 1685 permitia o casamento entre negos e brancos e garantia a negros e mulatos direitos iguais aos dos brancos. Esta estrutura favoreceu a miscigenação da sociedade haitiana e criou as principais características socioeconômicas. Sua independência foi baseada na Revolução Francesa e trouxe à tona a busca por igualdade, liberdade e fraternidade (CORREA, 2009).

A história Haitiana se caracteriza por períodos delimitados por mudanças na governabilidade do país. No período compreendido entre 1804 e 1820, o país alterou sua estrutura econômica pautada na economia agrícola de subsistência que substituiu a economia agroexportadora. Após isso, entre 1820 a 1915, a economia volta a fase agroexportadora com o produto principal sendo o café. Nesta fase, a política passa a assumir o caráter de oligarquia de pequenos grupos a partir do autoritarismo militar. Neste momento, o ideal da igualdade

adotado na independência vai sendo substituído por objetivos cada vez mais pessoais (PIERRE-CHARLES, 2003 *apud* CORREA, 2009).

A ordem interna é de vital importância para a existência de uma sociedade em sua plenitude. São características principais de uma sociedade desenvolvida um conjunto de leis bem estruturado e compatíveis com as necessidades sociais, instituições soberanas, segurança pública eficiente e alto índice de desenvolvimento humano. Manter tal ordem é obrigação de um Estado Democrático de Direito, que se compromete a garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e o nivelamento econômico-social (NETO, 2001 *apud* LESSA, 2007).

Os agentes de segurança pública possuem o monopólio do uso da força em nome do Estado e possuem como objetivo a manutenção da ordem dentro da sociedade. Manter a segurança pública está em pauta como um dos principais desafios das sociedades contemporâneas e este é o estado final desejado de um país que possui instituições bem constituídas e uma sociedade desenvolvida (LESSA, 2007).

No caso Haiti, todavia, a segurança pública precária foi uma das deficiências do Estado durante sua história. A partir da segunda fase da história nacional, o Haiti passou a ser comandado pela oligarquia de pequenos grupos. O autoritarismo possibilitou a criação de um quadro de desigualdade social entre negros e mulatos, civis e militares em substituição ao ideal de igualdade. A ascensão de pequenos grupos foi possível graças a corrupção das instituições basilares do Estado Haitiano, como os poderes constitucionais que trabalhavam em prol da minoria. A Policia Nacional Haitiana era formada por milícias controladas por um partido político e a sociedade deixou de ser a prioridade das ações estatais. A segurança pública ficou abandonada e, assim, instituiu-se uma crise social no país (CORREA, 2009).

O poder legislativo era formado por membros do partido Lavalas, pró-Aristide e, por isso, todas as votações iam de acordo com as aspirações do ex-presidente. O mesmo acontecia com o poder judiciário, que não mantinha a imparcialidade imprescindível para a condução de crimes e violações ao conjunto de leis, favorecendo o partido Lavalas. Deste modo, todo processamento jurídico não cumpria com eficiência suas atribuições e as leis não beneficiavam o grosso da sociedade. A corrupção tomava conta até da Academia de Polícia do Haiti, que formava membros da guerrilha quimera e dos grupos armados pró-Lavalas para integrar a Polícia Nacional Haitiana (PNH) e assim abafar qualquer tipo de levantes contra as decisões do governo (LESSA, 2007).

O resultado não poderia ser pior: o país enfrentava graves crises sociais relacionadas à precária segurança pública e a corrupção dos poderes constitucionais. O aumento do nível de violência, aliado a disputas territoriais entre grupos armados, tentativas de golpes de Estado, a

forte repressão do governo e o baixo desenvolvimento socioeconômico culminaram em uma grande instabilidade política irreversível. Em fevereiro de 2004 eclodiu uma rebelião armada em na comuna de Gonäives, quarta maior cidade haitiana que rapidamente se alastrou pelo restante do país e, na iminência da rebelião chegar em Porto Príncipe, capital do Haiti, Aristide se exilou na República Centro-Africana, renunciando seu mandato (LESSA, 2007).

De acordo com a legislação haitiana, na falta do presidente o poder seria assumido pelo Presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, que assumiu o cargo de presidente interino. Antes da MINUSTAH propriamente dita, foi levada ao Haiti uma Força Interina Multinacional (MIF) composta por estadunidenses, chilenos e canadenses com o objetivo de restauração da democracia no país (CORREA, 2009).

Sem solução disponível ou a possibilidade de constituir um governo provisório, uma vez que os poderes constitucionais do país se encontravam em uma forte corrupção assim como os órgãos de segurança pública, o Representante Permanente do Haiti junto às Nações Unidas encaminhou ao Conselho de Segurança uma cópia da renúncia de Aristide e o pedido de assistência. Em 29 de fevereiro de 2004 foi aprovado pelo Conselho de Segurança a Resolução 1529 (2004) amparada pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, dando o aval para que tropas estrangeiras fossem mandadas para o território haitiano. Dava-se, assim, o início da MINUSTAH, composta por países como Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Croácia, Equador, França, Guatemala, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Siri Lanka, Estados Unidos e Uruguai (LESSA, 2007).

### 2.1.2 ONU

Antes de adentrarmos na MINUSTAH e suas características fundamentais, como mandato e objetivos, é necessário compreender um pouco a respeito da classificação das missões de paz, assim como a estrutura da ONU e seus processos para entender o que levou a organização a atuar diretamente no Haiti.

#### 2.1.2.1 Estrutura Organizacional da ONU

Atualmente a ONU é organizada dentro de seis organismos vitais. São eles: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Secretariado, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela e a Corte Internacional de Justiça. Tendo em vista o foco deste trabalho nas missões de paz, daremos uma maior ênfase nos três primeiros organismos vitais da organização.

A Assembleia Geral se reúne uma vez por ano com representantes dos países-membros e possui em pauta discussões que são consideradas de interesse geral, como a fome, a paz, miséria e a segurança internacionais. No total são cento e noventa e um participantes com voto ativo independente das condições econômicas ou políticas e as decisões mais relevantes são definidas por maioria de dois terços dos votos. Devido a amplitude dos assuntos discutidos, a Assembleia pode ser dividida comitês e, em especial para este estudo, há o Comitê Especial para Operações de Manutenção da Paz, responsável por discutir assuntos relacionados às operações de paz. (LESSA, 2007).

O Secretariado por sua vez é o responsável pela administração da organização. Seu principal representante é o Secretário Geral que é encarregado pelo funcionamento administrativo da ONU além de comunicar ao Conselho de Segurança o surgimento de ameaças à segurança internacional (LESSA, 2007).

O Conselho de Segurança, por sua vez é o órgão com maior relevância dentro das decisões tomadas pela organização, uma vez que é a partir dele que são colocadas em pauta questões estratégico-militares relacionadas à paz e à segurança internacional. Sua organização é dada por quinze membros que discutem as questões relacionadas à segurança internacional, sendo cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, França, China e Inglaterra) e dez membros rotativos. A permanência dos membros do Conselho de Segurança se deu pela capacidade militar e influencia dentro da comunidade internacional à luz do surgimento da ONU e, apesar criticada, tal formatação se mantém nos dias atuais.

> "Um concerto de grandes potências que age com o endosso ou a aquiescência do Conselho de Segurança pode estar agindo "legalmente"; mas ainda é um concerto hegemônico, e os procedimentos do conselho foram concebidos pelas três maiores potências daquela época, a fim de tornar legítimo esse tipo de hegemonia. Esse Conselho tem, pois, uma estrutura cesarista, sendo empecilho para a eficácia e eficiência da solução de conflitos da ordem internacional. Não é de agora que se questiona o poder de veto. Talvez o grande mérito do assento permanente no Conselho de Segurança seja o de manter as grandes Nações dentro da Organização" (BRAGA, 2006, p.21).

Os membros permanentes possui o poder de veto e para uma decisão ser tomada é necessário o voto favorável dos cinco permanentes. Os demais membros são rotativos e atuam durante o mandato de dois anos nas cadeiras do Conselho, sem a possibilidade da reeleição imediata. O pleito ao Conselho é condicionado à contribuição para a manutenção da paz e segurança internacionais além de assuntos pertinentes à organização. Aqui existe uma ligação que será explorada mais à frente sobre os motivos pelos quais o Brasil aceitou fazer parte do contingente da ONU no Haiti (BRAGA, 2006).

2.1.2.2 Operações de paz e sua classificação

Com base no princípio do *Responsability to Protect* (R2P), está dentro das incumbências das Nações Unidas a obrigatoriedade de tomar medidas coletivas cujos objetivos são evitar ameaças à paz e reprimir atos de agressão ou qualquer intenção de ferir a paz entre nações. Por meio desta premissa, a ONU estabeleceu mecanismos para a efetivar seu encargo de proteger a paz mundial. Dentre eles estão a prevenção de conflitos, *peacemaking (PMO), peacekeeping (PKO), peacebuilding (PBO)* e o *peace enforcement* (FAGANELLO, 2016).

Em um primeiro momento são usadas medidas diplomáticas com o intuito de mitigar o conflito que ainda não se deflagrou. Essas ações são denominadas prevenção de conflitos e são de responsabilidade do Secretário-Geral, que utiliza de avisos prévios e um sistema de alerta a conflitos interestatais, risco de acidentes nucleares, desastres naturais, êxodo de populações dentre outros (FAGANELLO, 2016).

Caso as medidas diplomáticas não evitem o conflito ou a ameaça à paz mundial, a ONU pode empregar, com o consentimento do Conselho de Segurança, o uso da força e demais medidas hostis sem o consentimento do Estado objeto da intervenção. As ações desenvolvidas em uma operação de *peace enforcement* podem se desenvolverem tanto na forma de sanções político-econômicas quanto em força militar propriamente dita (FAGANELLO, 2016).

Em um degrau inferior ao *peace enforcement*, que prevê o uso de medidas hostis para mitigar a ameaça, tem-se também as medidas de *peacekeeping, peacemaking e peacebuilding.* As *peacemaking operatios* também são ações mais voltadas à área diplomática, porém, ocorrem após a deflagração do conflito e possuem caráter pacífico. Seu objetivo é intermediar a negociação do *cease-fire* por meio de ações de Bons Ofícios desenvolvidas também pelo Secretário-Geral. As *peacekeeping operations* são o próximo passo às *peacemaking operatios* e visam reestabelecer a normalidade institucional de um país com uma estrutura mais complexa, envolvendo diversas entidades civis ou militares. Os princípios básicos deste tipo de operações são mínimo uso da forca, o grau de imparcialidade e o nível de consentimento do país objeto. Daremos mais foco à esse tipo de operação uma vez que a maior parte da MINUSTAH buscou a reconstrução da paz no Haiti, além da reconstrução jurídica e institucional do país em questão. Por fim, as *peacebuilding operations* consistem na reconstrução estrutural do país. É uma missão de longo prazo que visa a consolidação de uma paz duradoura no país objeto e geralmente sucede o *peacekeeping* pois é preciso normalizar as demais estruturas do país antes de reconstruí-lo (FAGANELLO, 2016).

O gráfico a seguir ilustra o desdobramento dos mecanismos de manutenção da paz empregados pela ONU junto de uma linha temporal que indica a ocorrência das operações:

Figura 1 – Espectro de paz e atividades de segurança.

Fonte: ONU

### 2.1.3 MANDATO E OBJETIVOS DA MINUSTAH

Após compreender sobre as razões que desestabilizaram o Haiti, a classificação das missões de paz e a estrutura básica da ONU, estudo passará a compreender a estrutura da MINUSTAH, passando primeiramente pelo seu mandato, seu organograma e, por fim, os motivos que influenciaram a participação brasileira na missão.

A Resolução 1542 de 30 de Abril de 2004, assinada pelo Conselho de Segurança da ONU, foi o marco inicial que estabeleceu a MINUSTAH como uma operação de Manutenção da Paz propriamente dita. Em um primeiro momento, a Resolução estabelecia que o período de operações seria de seis meses, abrindo a possibilidade de renovação por períodos adicionais. Além disso, o mandato da operação teve como base o Capítulo VII das Nações Unidas referentes à Seção I e teve como premissas os seguintes aspectos (LESSA, 2007):

#### 2.1.3.1 Ambiente Seguro e Estável

Buscava garantir a estabilidade do processo constitucional e político no Haiti, realizar uma reforma na Polícia Nacional Haitiana por meio da verificação do pessoal, organização e

treinamento, estabelecer programas de desarmamento e reintegração (DDR) dos grupos armados e o controle desses armamentos, restaurar o estado de direito, a segurança pública e a ordem pública, proteger pessoal, instalações e equipamentos pertencentes às Nações Unidas e proteger civis de violência física dentro das possibilidades.

#### 2.1.3.2 Processos Políticos

Tinha como objetivos permitir o transcorrer dos processos constitucionais e políticos do Haiti e fomentar o desenvolvimento institucional, permitir a realização de eleições em âmbito nacional dentro de todas as esferas de poderes constitucionais, além de prestar a segurança e o apoio logístico por meio de Operações de Garantia de Votação e Apuração do processo eleitoral e aumentar a influência estatal do Governo do Haiti.

#### 2.1.3.3 Direitos Humanos

No campo humanitário, a MINUSTAH movia esforços para promover e proteger os Direitos Humanos, em particular de mulheres e crianças, além de realizar o monitoramento do *status* dos direitos humanos junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), contando com a situação de refugiados e desaparecidos.

Com base no exposto, nota-se a preocupação das Nações Unidas em estabelecer por meio da MINUSTAH a vigilância acerca da normalidade institucional, política e eleitoral do Haiti, buscando reformular os agentes de segurança pública representados pela Polícia Nacional Haitiana, desarticular grupos armados e controlar a circulação de armamentos dentro do país, além de proteger os grupos oprimidos por meio da promoção dos Direitos Humanos.

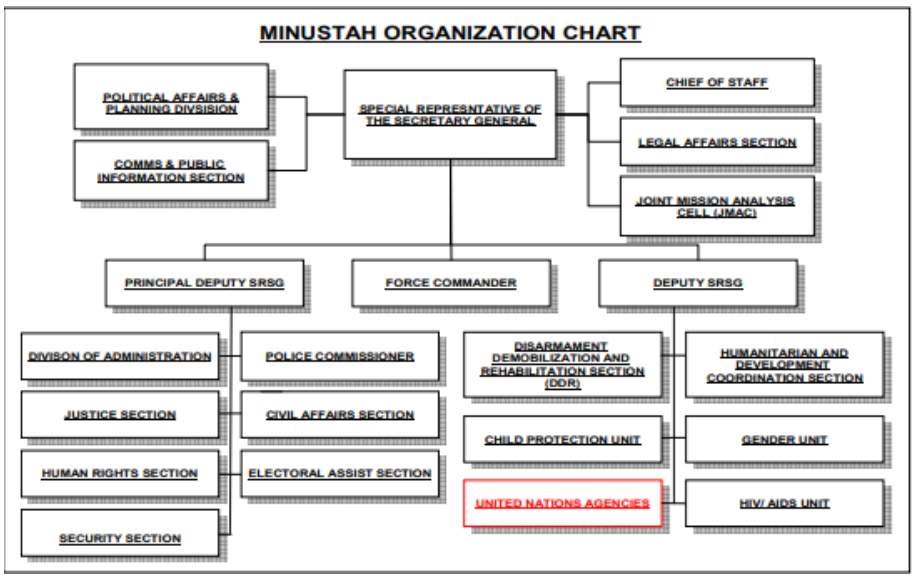
### 2.1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MINUSTAH

Segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.223, no qual tem o foco em operações, são feitas as distinções a respeito dos níveis estratégicos âmbito Exército Brasileiro. Dentro dessa classificação, tem-se os níveis político representado pelo Presidente da República, passando pelos níveis estratégico, operacional e tático sendo este último a ponta da linha da Força. Tomando como comparativo, a MINUSTAH era formada por uma série de órgãos que trabalhavam em conjunto e eram divididos em três níveis: estratégico, operacional e administrativo, encarregados pela tomada da decisão, treinamento e emprego da tropa e

questões administrativas, como a manutenção das bases. A estrutura busca descentralizar algumas decisões e permite autonomia dos órgãos, ainda que a decisão final seja tomada através do consenso geral, implicando na morosidade do processo.

O chefe da MINUSTAH, função desempenhada por um embaixador de uma das nações participantes, possuía a estrutura de um Estado-Maior composto por cinco sessões que se encarregavam de funções administrativas e de planejamento e, além disso, possuía como subordinados diretos dois substitutos e o *Force Commander*, função exercida diversas vezes por generais brasileiros e que se encarrega da parte militar da missão (LESSA, 2007)

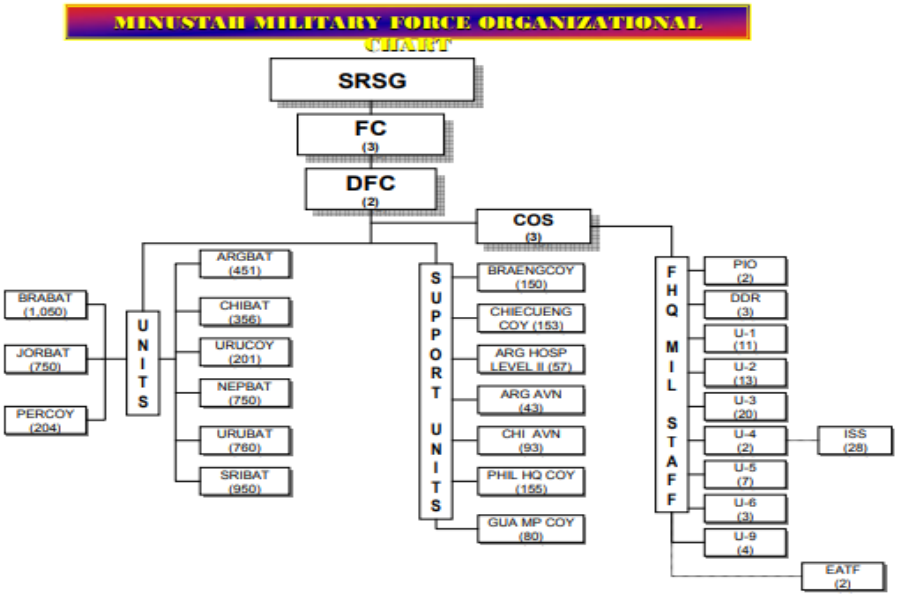
Figura 2 – Organograma da MINUSTAH.




Fonte: LESSA, Marco Antônio, 2007 – A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), pg 70.

A parte militar da MINUSTAH foi organizada por uma coalizão compreendida por 18 países, destes, 11 nações contribuindo com tropas e 7 nações com militares do Estado-Maior.

Figura 3 – Organograma da Força Militar da MINUSTAH.




Fonte: LESSA, Marco Antônio, 2007 – A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), pg 71.

Além do destaque brasileiro ao assumir constantemente a função de líder da operação por meio do *Force Commander*, o Exército Brasileiro também era encarregado dos objetivos militares mais expressivos no contexto da missão. O maior efetivo enviado foi o brasileiro e o fato do *Force Commander* ter a mesma nacionalidade facilitou a comunicação com a tropa e os planejamento da missão. Além disso, a área de atuação do BRABAT (Batalhão Brasileiro de Força de Paz) compreendia os maiores focos de violência e insurgências de Porto Príncipe, abrangendo os bairros de *Bel Air, Citè Militaire e Citè Soliel* (LESSA, 2007). Para isso, fez-se importante a atuação de uma tropa adestrada para conter levantes organizados por milícias e criminosos armados. Seria o DOPaz, tropa de elite formada por operadores de Forças Especiais que será abordado em detalhes adiante neste trabalho.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

### 2.2.1 Motivos que influenciaram a participação brasileira

O fim da Guerra Fria trouxe à tona uma nova ordem mundial que se caracterizava pela multipolaridade e da extinção dos blocos influenciados por EUA e URSS. Os países multipolarizados passariam a buscar uma auto afirmação e aumento de influência perante à comunidade internacional nas mais variadas áreas, seja financeira, tecnológica ou ideológica.

O Brasil, por sua vez, tem como histórico colocar em pauta a política internacional a serviço do desenvolvimento nacional e da reafirmação do país como potência perante a comunidade internacional. Essa atitude é notada ao analisar as principais ações brasileiras frente a ONU, seja no período no qual participou como membro temporário do Conselho de Segurança, seja como soberano nas missões de paz como foi o caso da MINUSTAH (CORREA, 2009).

Não obstante, o Brasil participa há décadas de operações de manutenção de paz pela ONU enviando efetivos para realizar missões de observadores militares, tropas destinadas ao combate em regiões desestabilizadas, além de civis enviados para missões humanitárias. Até o transcorrer da MINUSTAH, o país havia participado de trinta operações de paz nos continentes americano, africano, europeu e asiático empregando um efetivo de treze mil homens. Missões como a do UNEF I no Canal de Suez em 1957, UNAVEM I na Angola em 1988, UNMIS no Sudão em 1996, ONUMOZ no Moçambique em 1993 e Haiti endossaram currículo brasileiro em operações sob a égide da ONU (LESSA, 2007).

Além disso, o país buscou aumentar sua projeção de poder perante as Nações Unidas com o objetivo de conquistar mais prestígio na comunidade internacional e o assento permanente no Conselho de Segurança. Para alcançar este objetivo, uma das estratégias utilizadas foi o envolvimento o Brasil em temas dominantes que vieram à tona na agenda internacional como direitos humanos, meio-ambiente, fluxos migratórios, segurança, não proliferação de armas nucleares, multilateralismo comercial, liberalismo econômico e dos fluxos de capitais (LESSA,1998 p. 37; CERVO 2002, p.463 *apud* CORREA, 2009). O Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) buscou investir em políticas internacionais sem comprometer a capacidade de gestão da política externa, em uma estratégia denominada “autonomia pela participação” (VIGEVANI 2003; 2007 *apud* CORREA 2009). No entanto, apesar do comprometimento com a organização, as pretensões de ganhar o assento permanente do Conselho de Segurança foram frustradas pois a ONU não previu mudanças internas em sua organização à época (CORREA, 2009).

Com o passar da década os objetivos da agenda internacional brasileira mudaram conforme a conjuntura dos anos noventa se transformava. Se anteriormente o Brasil buscava alinhamento com grandes potências como EUA e aumento na influência internacional por meio da “autonomia pela participação”, essa sistemática mudaria a partir do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006). Desafios surgiram, como a nova sistemática de segurança internacional influenciada pelos eventos do 11 de setembro, marco principal das ações terroristas no mundo contemporâneo, a sistematização dos meios de combate e, no campo

político, divergências ideológicas dos dois presidentes permitiram diferentes interpretações quanto a ordem internacional vigente (CORREA,2009).

Cria-se então a “autonomia pela diversificação”, que é explicada por Vigevani em 2007 e citado por Correa em 2009 como a adesão do país às regras internacionais por meio de alianças Sul-Sul, regionais e por parceiros não tradicionais. Esse tipo de relação buscaria mitigar as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e incrementaria a capacidade de negociação do Brasil. Em 2004, o Ministro das Relações Internacionais Celso Amorim destacou que a participação brasileira na MINUSTAH estaria alinhado à tradição brasileira em dar prioridade à solução multilateral de conflitos e com disposições constitucionais sobre a prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, representando uma legítima contribuição para a solução da crise haitiana (LESSA, 2007). Nesse contexto se encaixa um dos motivos pelos quais o Governo Brasileiro aceitou participar da MINUSTAH: a política da autonomia pela diversificação não se limitava apenas às relações com as tradicionais potências em busca de bens imediatos, mas sim a bens públicos internacionalmente reconhecidos, novamente sob o enfoque de aumentar a participação brasileira nos debates internacionais (CORREA, 2009).

Além de fatores políticos e de projeção de poder, a participações em operações de manutenção da paz resultaram em diversos benefícios para o Exército Brasileiro. A MINUSTAH serviu como um grande laboratório para o treinamento de capacitação da Força Terrestre em tempos de paz e trouxe diversos aprimoramentos do emprego da tropa em ambientes urbanizados, característica principal do teatro de operações haitiano. Novos materiais foram colocados à prova, assim como técnicas, táticas e procedimentos (TTP), que foram aprimorados durante as operações no Haiti e que, posteriormente, foram utilizadas internamente nas Operações de Coordenação e Cooperação entre Agencias (OCCA) e Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em estados brasileiros na década de 2010.

Outro fator que influenciou a participação brasileira na MINUSTAH foi a proximidade que os dois países desenvolveram ao longo dos anos. O Haiti mantem relações diplomáticas com o Brasil desde 1928, quando foram estabelecidas legações recíprocas abertas. Em 1954 foram abertas embaixadas nos dois países, estreitando ainda mais a relação. A cordialidade é uma característica observada desde os princípios diplomáticos devido aos aspectos culturais que são comuns aos dois países, muito em conta das origens africanas de ambos. Além disso, em 2004, o Ministro Celso Amorim enviou duas missões diplomáticas ao Haiti para servirem de termômetro da intervenção brasileira no país. A receptividade foi positiva e a ideia de que o Brasil estaria interessado em auxiliar o Haiti na reconstrução pós-Aristide foi recebida pelas

autoridades e pelo povo haitiano como uma alternativa de reconstrução voltada para o futuro, ou seja, algo que se fazia necessário para o país caribenho. Essa receptividade se alinha com o princípio do consentimento das *peacekeeping operations*, uma vez que o país origem da operação permitiu a intervenção de outro Estado na sua gerência (LESSA, 2007).

A participação brasileira visava demonstrar solidariedade a uma população que não possuía perspectivas de um desenvolvimento econômico-social e estava imersa em uma crise que a assolava por décadas. Além disso, a participação estava de acordo com a Carta Democrática Interamericana, que era a democracia essencial para o desenvolvimento social, político e econômico dos povos das Américas. Não obstante, o Haiti era o país mais pobre da América Central e, segundo a ONU, sem uma ajuda internacional, o país estava fadado à falência. O Brasil veio, então, honrar com seu compromisso de lutar contra adversidades sociais onde quer que elas ocorram e na influência para com a comunidade internacional a trabalhar por um novo conceito de desenvolvimento com base no crescimento econômico, justiça social e vigência efetiva da democracia. Ademais, o Brasil reforçou sua responsabilidade como membro fundador das Nações Unidas, cujo principal objetivo é resguardar de ameaças à paz e promover os direitos humanos (LESSA, 2007).

> "O Brasil é integrante da ONU e como tal não pode se recusar a atender ao pedido daquela entidade, porque, se assim o fizer, estará adotando posição de absoluta incoerência. Falamos tanto em valorizar a ONU, que ela não está cumprindo sua missão de pacificadora, de estabilizadora, de mediadora de conflitos, mas no momento em que o Brasil é chamado a contribuir para esse desiderato, como já o foi em outras oportunidades, não me parece lógico que se adote uma posição contrária a essa pretensão. Não se trata de intervencionismo, nem de uma truculência das Nações Unidas. Trata-se, sim, de uma missão de paz e de estabilização". (Deputado Vicente Cascione, PTB-SP, em pronunciamento no Senado Federal, em 12 de maio de 2004, quando se discutia o envio de tropas para o Haiti, *apud* LESSA 2007).

Por fim, o pleito pelo assento permanente no Conselho de Segurança foi um dos motivos que mais incentivaram o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a somar esforços para determinar a participação brasileira na MINUSTAH. À época, o Brasil estava em posição de observação pelas Nações Unidas pois era integrante de um seleto grupo de países que tinham como objetivo serem aceitos permanentemente no Conselho de Segurança. Junto à Alemanha, Japão, e à Índia, o Brasil compunha o grupo G-4. Participar e liderar uma missão deste vulto impulsionaria o país a chegar mais próximo dos seus objetivos de ganhar prestígio perante a comunidade internacional e influencia no Conselho de Segurança. Além desse aspecto, o custo desprendido para o envio de militares seria reembolsado pelas Nações Unidas, que cobrem uma parte das despesas. O reembolso é recolhido pelo Tesouro Direto e pode ser repassados, perante

a autorização do Congresso Nacional, para pagar contribuições pendentes relativas as operações de paz ou cobrir gastos das Forças Armadas brasileiras. Os equipamentos adquiridos ou potencializados, por sua vez, permanecem para o uso das Forças Armadas ao término da missão (LESSA, 2007).

Após compreender a origem da desestabilização do Haiti e aprofundar na organização da MINUSTAH, este trabalho abordará a atuação do Exército Brasileiro propriamente dita em território haitiano e sob a égide da ONU. No capítulo 3, as abordagens serão a respeito à preparação da tropa brasileira para o emprego na força de pacificação, as mudanças decorridas em função da necessidade de capacitar a tropa para operações de paz, as fases da atuação, as oportunidades de melhoria e os reflexos da missão para o Exército Brasileiro e para a sociedade brasileira.

### 2.2.2 Preparo da tropa

Antes do emprego propriamente dito em território haitiano, o contingente brasileiro passou por um período de preparação, uma vez que as experiências de combate em ambientes humanizados eram resumidas em simulações e adestramentos controlados. As operações de coordenação e cooperação entre agências, garantia da lei e da ordem e operações de não guerra em um contexto de crise interna no país ainda estavam em seu auge, o que caracterizou-se pelo emprego da tropa no Rio de Janeiro sete anos depois do início da MINUSTAH.

De acordo com a entrevista realizada com o Segundo Sargento de Infantaria Wilber Wivans Araújo Diéle, instrutor do Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU) e ex-integrante do 19º Contingente do BRABAT no biênio 2013/14, para a seleção de militares integrantes do Contingente, era pré-requisito ter participado das operações em ambiente urbano no Brasil, tendo como consequência, o contato com algumas situações que já eram previstas para a missão. Além disso, a preparação do Contingente ocorreu em um período de seis meses, sendo o penúltimo mês completamente aquartelado e isolado, cumprindo missões, simulando a vida no Haiti, desde serviços, patrulhamentos e até a comunicação com a família que se dava apenas por telefone ou internet. A última fase, segundo Wivans, foi de extrema importância para o preparo dos recursos humanos, pois naquele momento diversos integrantes desistiam de participar da missão, fato que se não fosse previamente observado poderia causar graves problemas *in loco*. No contexto do relacionamento e proximidade dos integrantes do Contingente, Wivans destaca a proximidade e a interação da equipe durante o preparo da tropa pois o pessoal já se conhecia. Por fim, no que diz respeito a operacionalidade, Wivans destaca

que, mesmo com o pré-requisito de experiências anteriores, a tropa foi submetida a um trabalho entre o Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (CIOpGLO), antecessor ao CIOU, junto ao CCOPAB, que aplicaram instruções e atividades previstas com um grau de excelência, contribuindo para o adestramento da tropa.

Esta preparação se dava sob a égide do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz) e dentre os adestramentos, constavam orientações sobre regras de engajamento, proibições quanto ao sexo entre militares e habitantes locais, uso do armamento, patrulhas em ambientes urbanos a pé e motorizadas, posto de bloqueio de vias (PBCV), posto de segurança estático (PSE), operações de controle de distúrbio (OCD), instruções de tiro e um adestramento específico para a engenharia com o maquinário disponibilizado pela ONU (LESSA, 2007). Todo esse adestramento serviria como base para as operações de garantia da lei e da ordem feitas durante a pacificação dos complexos do Alemão e da Maré, além da Intervenção Federal de 2018.

Depois de passar pelo módulo conduzido pelo CIOPaz, os militares envolvidos na MINUSTAH eram submetidos ao *Standard Generic Training Module* (SGTM), pacote de instruções a serem conduzidas pela ONU. Durante o SGTM, os militares eram instruídos a respeito da estrutura organizacional da ONU, estrutura das Operações de Paz, base legal que naquele momento os amparava durante o emprego em território estrangeiro, além de técnicas de combate como o controle de estresse, minas e explosivos, comunicações e negociação, conduta em relação à imprensa, dentre outros assuntos ministrados (LESSA, 2007).

Outro vetor importante para a preparação do contingente brasileiro para o emprego no Haiti foi o ensinamento colhido durante o adestramento do Destacamento Contraterror na década de noventa. Em 1992, as TTPs das forças especiais sofreram uma grande reformulação, fruto de um intercambio feito com tropas de outros países. Segundo Montenegro, coronel do Exército Brasileiro e veterano das Forças Especiais brasileiras, em uma entrevista feita para este trabalho, anos antes da criação do DOPaz, já existia a preocupação a respeito do emprego da tropa em ambientes urbanizados e da conjuntura *VUCA* (volátil, incerto, complexo e ambíguo), provenientes da mudança estabelecida pelos atentados terroristas do início do Século XXI. Segundo Montenegro, um fator importante para a criação do destacamento utilizado no Haiti foi o emprego do Destacamento Caveira em ações realizadas no final da década de noventa e início dos anos 2000. Apesar de contar com equipamento não adequado para este tipo de operação, como por exemplo do fuzil FAL 7,62mm, cujo índice de letalidade restringe o emprego em áreas com civis, o Destacamento trouxe uma grande evolução e bagagem de experiência para a tropa especializada utilizada no Haiti, o DOPaz.

### 2.2.3 A missão do BRABAT

Desde o início da MINUSTAH, a tropa brasileira, compreendida em um contingente de novecentos e quarenta e oito militares do Exército Brasileiro, duzentos e cinquenta e um militares da Marinha e 1 Oficial da Força Aérea, tinha por objetivo reestabelecer a normalidade eleitoral do Haiti por meio da realização de eleições. Além disso, o BRABAT tinha por objetivo aumentar o nível de influência do Governo Haitiano na sociedade, uma vez que o país vivenciava uma situação de crise caracterizada por uma alta taxa de violência por conta de grupos criminosos e milícias que assolavam as regiões suburbanas de *Bel Air, Citè Soliel e Citè Militaire*. A estratégia adotada foi apoiar e capacitar a PNH no programa de desarmamento, desmobilização e reintegração e medidas de segurança pública, como patrulhamentos ostensivos (CORREA, 2009).

A atuação do BRABAT no Haiti estava focada nas seguintes medidas: Operações de combate propriamente ditas, com principal destaque do Destacamento de Operações de Paz para a imposição da paz (DOPaz), Operações Tipo Polícia para a manutenção da estabilidade e Operações de Cooperação Cívico-Militares para a consolidação da estabilidade. Dentre as operações realizadas, se destacavam a segurança de comboios, assistência humanitária e OCCAs com a Civipol e PNH (CORREA, 2009).

Figura 4 – Área de atuação do BRABAT.

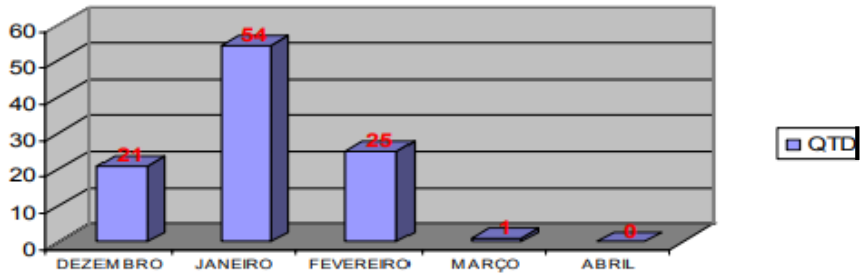
Fonte: LESSA, Marco Antônio, 2007 – A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), pg 72.

A pacificação realizada nas regiões adjacentes à Porto Príncipe entre os anos de 2004 e 2007 contou com o emprego de militares da ONU, em grande maioria brasileiros devido ao fato dessas áreas serem de responsabilidade do BRABAT. As regiões de *Cité Soliel e Bel Air* eram redutos do ex-presidente Aristide e do partido Lavalas, que utilizavam de violência para manter a influencia na região. Uma vez que eram contrários à retirada de Aristide e consequentemente à presença militar na região, a região era considerada área vermelha, com alto risco e constantes confrontos entre as partes beligerantes (CORREA, 2009).

Figura 5 – Porto Príncipe em Dezembro de 2006

Fonte: Ministério da Defesa *apud* Paulo Gustavo Pellegrino Correa; "MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?"; 2009, pg 79.

Gráfico 1 – Enfrentamento com a Força Adversa BRABAT 2006




Fonte: Ministério da Defesa *apud* Paulo Gustavo Pellegrino Correa; "MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?"; 2009, pg 79.

Após o emprego da tropa brasileira por intermédio do DOPaz, que teve por objetivos reestabelecer a segurança e neutralizar as principais lideranças das milícias pró-Lavalas, a região reduziu drasticamente os índices de violência, passando a ser reclassificadas como área pacificada. Em 2008, grande parte da região que era classificada como área vermelha passou a ser classificada como verde com baixo risco ou amarela com existência de algum risco Por outro lado, apesar da campanha de pacificação do BRABAT ter sido considerada um sucesso, diversas denúncias de violações dos direitos humanos e abusos sexuais envolvendo militares e integrantes da PNH foram reportados (CORREA, 2009).

Figura 6 – Porto Príncipe em 2008 após a pacificação realizada pelo BRABAT

Fonte: Ministério da Defesa *apud* Paulo Gustavo Pellegrino Correa; "MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?"; 2009, pg 80.

## 2.2.4 FASES DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO HAITI

A atuação de tropas brasileiras em operações no Haiti não foi unicamente para cumprir um mandato de estabilização, mas englobou diversas fases nas quais o caráter da operação se adaptava ao contexto que o país enfrentava. A seguir, serão expostas as principais fases de atuação do BRABAT no Haiti, evidenciando os objetivos secundários de cada fase segundo o Tenente Coronel R1 Carlos Alberto Moraes Cavalcanti em seu artigo "Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB".

### 2.2.4.1 Primeira Fase – Junho de 2004 até o 1º semestre de 2005

Esta fase compreende os primeiros passos da Brigada Haiti, como era chamada o contingente de militares brasileiros que foram selecionados e capacitados pelo CIOPaz para atuarem no Haiti. Basicamente nesta fase, a Brigada Haiti era composta por militares oriundos do Comando Militar do Sul (CMS), que compreendia os quarteis da região Sul do país. Neste período de tempo, os trabalhos apresentados ainda mantinham resquícios da influência da ONU na conduta dos militares. As Regras de Engajamento adotadas eram novidade em relação a missões já realizadas pelo Brasil e o uso de força letal foi respaldado pelo regime que se

preconiza como Operação de Manutenção de Paz Robusta. Esta fase assume caráter experimental, pois eram os primeiros movimentos em território haitiano e, a dúvida a respeito de qual situação usar o uso da força letal ainda pairava nos militares, uma vez que este tópico ainda não havia sido padronizado no treinamento do CIOPaz. Muito das lições aprendidas pelo primeiro contingente serviram de aprimoramento para os demais efetivos enviados. Além disso, a parte logística teve atuação diferenciada no período de desdobramento da tropa no território haitiano. A normatização do Memorando de Entendimento (MOU), documento assinado pelo Brasil e a ONU e que especifica toda parte logística de material e equipamento exigia o conhecimento sobre o sistema de reembolso da ONU, obrigando o CCOPAB a criar um curso de logística e reembolso.

2.2.4.2 Segunda Fase – 2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007

Neste período, as forças militares que já estavam instaladas no Haiti puderam exercer na sua plenitude as atividades previstas no Mandato da ONU, incluindo o uso da força letal para a neutralização das lideranças das milícias e grupos criminosos. As regras de engajamento permitiam a autonomia da tropa em atuar em prol da estabilização do país. Nesta época, o *Force Commander* foi o General do Exército Brasileiro Santos Cruz, que destacou seu comando para a criação de um ambiente seguro e estável. Sua participação foi de tamanha importância que, posteriormente, Santos Cruz foi indicado como líder da operação da ONU no Congo. Neste período se destaca a mobilização da Companhia de Engenharia da Força de Paz, capacitada pelo Departamento de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro. A missão da BRAENGCOY era de apoiar a mobilidade com ações de desobstrução e pavimentação de vias de acesso de interesse do BRABAT. Sua área de atuação era maior do que o do Batalhão de Infantaria, compreendendo todo o Haiti, enquanto o BRABAT focava sua área na cidade de Porto Príncipe e arredores. Mais tarde, em outras fases, a BRAENGCOY seria empregada de outras maneiras, focando no aspecto de reconstrução. Nesta fase, o foco foi a neutralização de grupos armados e o apoio às forças de segurança públicas do Haiti.

A conduta da tropa estava diretamente alinhada às Regras de Engajamento e pelo *Stand Of Force Agreement (SOFA)*, fazendo a junção de objetivos militares com objetivos impostos pelo Conselho de Segurança. Ademais, outros documentos respaldavam a tropa no estrito cumprimento do uso da força contra milícias, como a Resolução do Conselho de Segurança, criando a Operação de Paz (*Peaceenforcement, Peacekeeping e peacebuilding operations)*, o

mandato da missão (Resolução 1542), as diretrizes gerais do *Force Commander* e os limites do Uso da Força e *Standard Operating Procedures (SOP).*

Nesta fase, a julgar uma das determinantes para a estabilização do Haiti, foram realizados diversos procedimentos operacionais como o emprego de *Checkpoints*, Operações de Busca e Apreensão (OBA), Operações de Cerco e Vasculhamento e utilização de Ponto Forte, que teve seu ápice na ocupação da Casa Azul (*Blue House*). Houveram também o emprego das tropas especializadas, como o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) e o Destacamento de Operações Psicológicas (DOP). Operações como "Punho de Aço" que tinha por finalidade neutralizar o líder de gangue Emmanuel Terror Wilme em *Citè Soleil*, de 2005 e operações "*Blue House"* e "Jauru Sudamericano" para consolidar a ocupação definitiva de *Citè Soleil* por meio da tomada de um ponto forte que dominava a Rodovia Nacional 1, via de acesso da cidade, de 2007, foram as grandes ações executadas neste período. O BRABAT recebeu uma Área Operacional de Responsabilidade Específica localizada no centro político do Haiti, o bairro de *Bel Air* e a região de *Citè Soleil*, localidade mais carente da Capital. O desenvolvimento de técnicas de tiro para ambientes urbanizados buscando aumentar a letalidade seletiva e reduzir os efeitos colaterais também foram frutos desta fase. Em 2006, o adestramento passou por mais aprimoramentos, com a criação do Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), com participação de veteranos do Haiti e que buscava capacitar ainda mais os futuros contingentes. Neste contexto ocorreu a pacificação citada nas regiões metropolitanas de Porto Príncipe.

2.2.4.3 Terceira Fase – 2º Semestre de 2007 até 12 de Janeiro de 2010

Esta fase se destaca pela miscigenação dos componentes militares com os policiais e civis. Os anos de experiências com a MINUSTAH já eram suficientes para prever os padrões de comportamento de ONGs, voluntários civis e da polícia local. Com isso, a capacitação permitiu que os problemas internos fossem de responsabilidade da polícia local, tirando este encargo da tropa militar, que mantinha no estabelecimento da segurança local. Era o início das Operações de Cooperação e Coordenação entre Agencias, marcadas também pelas ações de OBA, *Checkpoints* e cerco, porém, em coordenação com as forças policiais. As ações aprendidas forneceram subsídios para a consolidação das Notas de Instrução e do Programa Padrão experimental de Força de Paz, padronizando a capacitação dos contingentes que eram encaminhados para o CIOPaz. Além do emprego de forças policiais, esta fase se caracterizou pela maior capacitação dos contingentes enviados ao Haiti.

2.2.4.4 Quarta Fase – 12 de Janeiro de 2010 até o início da desmobilização

A quarta fase foi marcada pela mudança de objetivos em função do terremoto que assolou o Haiti em 2010. O desastre natural aconteceu nas proximidades de Porto Príncipe em 12 de Janeiro de 2010. Diversas instalações da MINUSTAH foram destruídas, como o quartel general e a casa azul. Além disso, diversos integrantes do contingente morreram ou ficaram feridos durante o desastre, impactando na diminuição da capacidade de comando e controle do nível estratégico da missão. O Governo Brasileiro se viu obrigado a enviar reforços para o BRABAT, aumentando o efetivo do batalhão e da BRAENGCOY, além de enviar bombeiros militares para o socorro de vítimas. A situação de caos havia se instaurado na MINUSTAH, por isso, a ONU partiu de determinadas linhas de ação para conter a crise e reestabelecer a normalidade. Dentre as ações, estavam a substituição das instalações por *containers*, mais suscetíveis a novos terremotos, além da intensificação de trabalho interagências, concomitante ao resgate de sobreviventes e reconstrução das estruturas físicas do país. O *Force Commander*, General Floriano Peixoto assumiu interinamente o comando da missão, uma vez que o Representante do Secretário Geral e o *Deputy* faleceram durante a catástrofe. A estrutura da MINUSTAH foi alterada para atender ao enfrentamento da situação e reestabelecimento da normalidade. Além disso, o *UN Country Team*, entidade ligada à ONU que tem por objetivo desempenhar esforços para conter desastres naturais teve papel de destaque durante o terremoto de 2010. Após a fase inicial de crise, em Maio de 2010 começaram a retomada dos objetivos iniciais do mandato da missão, buscando apoiar o processo eleitoral juntamente a reconstrução do país. A terceira fase, já em 2011, buscava normalizar o escopo da missão que, além das missões de recuperação, também imprimia a garantia da segurança e da ordem, imposição da Lei e dos Direitos Humanos, fortalecimento do Estado e apoio ao processo eleitoral. As consequências do terremoto permaneceram até os dias atuais, com a sociedade mergulhada em uma pobreza e miséria, contudo, a MINUSTAH conseguiria ressurgir para garantir seu objetivo principal.

2.2.4.5 Desmobilização – A partir de 2015

Na fase final, observava-se uma crescente diminuição dos efetivos empregados no Haiti, e a polícia nacional com cada vez mais responsabilidades como elemento de segurança do país. As diretrizes já encaminhavam para a retirada de tropas e passagem da condução do país para

os órgãos políticos e de segurança pública. Aos poucos a MINUSTAH foi reduzindo seu caráter do uso da força com o emprego de armas letais, característicos das primeiras fases da missão em prol de ações humanitárias compostas pela reconstrução de regiões atingidas pelo terremoto, apoio de saúde para populações carentes, aumento do uso da Comunicação Social do Exército para divulgar a eficácia da missão nos canais de comunicação brasileiros e uma possível conclusão da missão. A MINUSTAH chegou ao seu fim em Outubro de 2017, sendo o último contingente brasileiro enviado no dia 1º de Junho de 2017, marcando o vigésimo sexto contingente do BRABAT enviado. Marcou-se assim, o fim dos treze anos de missão de paz conduzidos pela ONU na qual o Brasil teve principal desempenho. O sucesso do Governo Brasileiro ao enviar contingentes para a operação possibilitou uma série de ganhos para o Exército, para a sociedade e, principalmente, para o aumento da projeção de poder do Brasil frente a comunidade internacional, possibilitando assumir futuras missões semelhantes. Tais reflexos serão tratados adiante neste trabalho.

### 2.2.5 CONSEQUÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DA ATUAÇÃO DA TROPA

A MINUSTAH se mostrou uma oportunidade para o Exército Brasileiro fortalecer os quadros da Força Terrestre e para promover um treinamento em tempos de paz. Dentre os inúmeros reflexos positivos advindos dos treze anos de operações, destacam-se as reformulações realizadas para atender a demanda do combate moderno. Criou-se o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), com a finalidade de realizar atualizações referentes à doutrina do emprego da tropa em situações de mesma dimensão. Além disso, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz no Âmbito da Força Terrestre (GAAPAZ) com o objetivo de dar suporte aos militares durante as missões. Em 2005, foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz) com sede na cidade do Rio de Janeiro, subordinado ao COTER, com o objetivo de capacitar os militares designados para missões de paz e realizar os módulos de treinamento previstos pelo Manual de Campanha – Operações de Manutenção da Paz (C 95 – 1). Além disso, foram implementados conhecimentos referentes ao Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), negociação e gerenciamento de crises em ambientes urbanos (LESSA, 2007)

Além da criação destes órgãos, o Exército investiu em intercâmbios, enviando efetivos para adestramentos conjuntos com exércitos aliados como Argentina, Uruguai e Paraguai. Os intercâmbios visavam, além da maior capacitação dos recursos humanos, compartilhamento de

TTPs, teste de validação de materiais, desenvolvimento de doutrina e contato dos militares brasileiros com idiomas estrangeiros (LESSA, 2007).

Em relação a aspectos logísticos, a MINUSTAH se firmou como um grande adestramento entre as Forças Armadas para prover a logística e a mobilização de tropas em situações de crise. As técnicas de sanar falhas, reduzindo o tempo de reaparelhamento das forças a frente, seja com munição, combustível, alimentação, água e outros foram revistas durante o emprego real da tropa, elevando a capacidade logística da tropa. Devido ao grande porte da missão e da interação da Força Terrestre com a Marinha do Brasil, a Força Aérea e com órgãos de segurança pública, as relações entre as Forças coirmãs se fortificaram, permitindo a criação de um ambiente interagências favorável e que foi novamente aplicado às missões de Garantia da Lei e da Ordem no Brasil na década de 2010.

### 2.2.6 Influência da MINUSTAH para a doutrina das Operações Urbanas

Ao se referir às Operações Urbanas, é possível inferir que a MINUSTAH foi um laboratório de TTPs para o emprego de tropa em ambiente urbano. Todos os ensinamentos colhidos durante os anos de MINUSTAH foram compilados pelo Centro de Operações Terrestres (COTER) e formaram subsídios para empregos futuros. Vale destacar a utilização de blindados nas operações urbanas, pouco empregados até então. A utilização de Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP) Urutus influenciou o emprego de sua sucessora, a VBTP Guarani nas ruas do Rio de Janeiro dez anos mais tarde (LESSA, 2007). Ainda sobre o emprego de viaturas blindadas no combate urbano, segundo o Segundo Sargento Wilber Wivans Araújo Diéle, instrutor do Centro de Instrução de Operações Urbanas, foram feitos aprimoramentos nas capacidades das viaturas utilizadas. Um exemplo foi o emprego da Viatura denominada Predador, que era uma VBTP Urutu dotada de visão termal que aumentou as capacidades do emprego da tropa em áreas com baixa luminosidade. Esta viatura foi empregada pelo DOPaz em operações de reconhecimento.

Segundo o Coronel R1 Fernando Montenegro, que participou ativamente das ações do Exército nas operações GLO no Brasil, em sua colaboração para este trabalho, as ações realizadas no Haiti foram aplicadas no Complexo do Alemão, da Penha e da Maré, no Rio de Janeiro na década de 2010. Os conhecimentos obtidos serviram tanto para o emprego direto quanto indireto, no que se refere ao treinamento das tropas regulares para atuação no Rio de Janeiro. Os treinamentos também serviram de base para o *modus operandi* utilizado na Intervenção Federal do Rio de Janeiro em 2018

Segundo Wivans, em sua entrevista para este trabalho, a MINUSTAH também contribuiu para o aperfeiçoamento dos módulos para coletes balísticos, além dos próprios coletes balísticos, que passaram por adaptações de acordo com o uso da tropa na operação. A seguir, serão feitas comparações entre os coletes utilizados em três momentos distintos da missão na visão de Wivans:

Figura 7 – Colete balístico utilizado em 2005

Fonte: LEAL (2021).

Observando a primeira imagem, nota-se que o colete balístico empregado era pouco dotado de módulos para transporte de materiais, como porta-rádios, porta-curativos e porta-carregadores. O posicionamento do armamento reserva era a frente do corpo do militar, dificultando o saque rápido em situações de emergência. Além disso, nota-se uma grande área corporal descoberta, reduzindo a proteção balística do equipamento. O armamento utilizado à época era o Fuzil M964 FAL de calibre 7,62mm, com cano demasiadamente longo para o combate urbano e com munição de alto poder de parada. Os efeitos colaterais do fuzil para o combate urbano obrigava a tropa a adotar condutas restritas no uso do armamento. Sendo assim, demonstrava um armamento inadequado ao combate urbano

Figura 8 – Colete balístico utilizado em 2014

Fonte: LEAL (2021).

Em 2014, passados dez anos de operações, nota-se que o equipamento utilizado sofreu atualizações visando a operacionalidade da tropa. Há a presença de luvas e joelheiras para proteção e, além disso, os módulos do colete balístico foram redesenhados possibilitando a adição de mais equipamentos, como bornal de perna e porta-objetos. O sistema de comunicações passou a ser feito por *headphones*, aumentando a mobilidade das mãos do militar. Nota-se o incremento do uso de equipamentos de proteção, como o óculos e colete com maior área de proteção balística. Em 2014, o armamento utilizado era o Fuzil M964 PARAFAL, com o mesmo calibre do anterior, mas com modificações realizadas visando o combate urbano. O PARAFAL possui coronha rebatível e cano reduzido, o que possibilitou maior mobilidade e condições de emprego no combate. O poder de parada e os efeitos colaterais se mantinham como pontos negativos do uso do armamento.

Figura 9 – Colete balístico utilizado em 2017

Fonte: LEAL (2021).

Na última fase da missão, observa-se que os equipamentos utilizados pela tropa estão adaptados à doutrina do combate urbano no que diz respeito à letalidade seletiva e a redução dos efeitos colaterais. Equipamentos de proteção são incluídos na dotação individual, como protetor de cotovelos, joelheiras e um abrangente colete de proteção balística. O coldre, que em 2005 era posicionado a frente do militar, em 2017 foi reposicionado para os membros inferiores, permitindo saque rápido e a independência do armamento auxiliar do colete balístico. O capacete passou a contar com óculos de proteção para deslocamentos motorizados e a quantidade de módulos do equipamento foi aumentada, permitindo o transporte de materiais essenciais para a condução das operações. Nesta fase, nota-se a presença de um novo armamento de dotação da tropa. O Fuzil de Assalto IA2, produzido pela brasileira IMBEL, veio para sanar os pontos negativos da família FAL. Seu porte é menor do que os antecessores, além de ser mais leve pois emprega polímeros na sua estrutura. A coronha também é rebatível e o cano é reduzido, favorecendo o emprego em ambientes confinados. Além disso, sua munição é de calibre 5,56mm, mais indicada para este tipo de emprego pois possui um poder de parada menor do que o 7,62mm e, assim, emprega menos danos colaterais no ambiente. A evolução do equipamento foi fruto dos treze anos de operações e da necessidade da tropa em adaptar sua doutrina ao ambiente urbano.

Complementando a parte de material da MINUSTAH, o processo de aquisição de viaturas, fardamentos, equipamentos, tipos de munições sendo letais ou menos letais pôde ser reformulado graças a relatórios desenvolvidos pelos usuários durante a operação. As

tecnologias menos letais, como elastômero e agentes químicos passaram por evolução durante o emprego no Haiti e hoje em dia são fundamentais para o combate urbano no Brasil.

Além da evolução material, a MINUSTAH possibilitou a evolução nas TTPs relacionadas ao combate em ambiente urbano. Para militares que participaram da MINUSTAH, como o Capitão de Infantaria Mateus Duarte, integrante do 14º Contingente no ano de 2011, durante a missão foi possível verificar a evolução doutrinária, como modificações de técnicas de patrulhamento, abordagem e a descentralização das missões para frações menores, como GC ou esquadra. O poder de decisão passou a ser escalonado para as pequenas frações com a possibilidade dos reflexos da decisão serem transmitidas para o nível político-estratégico. Além disso, cresceu de importância o trato com a mídia, tendo em vista que grande parte das ações executadas eram cobertas por agentes de comunicação.

# 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

## 3.1 TIPOS DE PESQUISA

Este trabalho se desenvolveu centrado na atuação do Exército Brasileiro no Haiti e nos reflexos para a doutrina das operações urbanas do Brasil. Para atingir tais objetivos e, consequentemente dar respostas às problemáticas feitas, foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas realizadas com militares que integraram os diversos contingentes do BRABAT enviados ao Haiti. A linha de raciocínio buscou abordar do macro, que compreende um breve estudo histórico do Haiti e a gênese da desestabilização do país, passando pela MINUSTAH, seu mandato e seu organograma e terminando no micro, compreendido pela atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH. Esta pesquisa reuniu as percepções de diversos autores relacionados ao tema e compilou-as, adicionando comentários feitos pelo autor.

Ainda nas fases iniciais deste trabalho, foram realizadas pesquisas exploratórias que buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico e revisões literárias (SELLTIZ, 1967, p.63). A pesquisa exploratória foi feita a partir da coleta de informações referentes à análise histórica do Haiti e a gênese de sua desestabilização, que motivou o pedido de assistência às Nações Unidas, originando a MINUSTAH. Posteriormente e, ainda mantendo o caráter exploratório, foi realizada uma pesquisa para identificar o mandato e as fases da MINUSTAH, assim como os motivos que favoreceram a participação brasileira na missão. Por fim, foi realizada uma pesquisa explicativa que tem por objetivo estabelecer a relação de causa e consequência da MINUSTAH e dos reflexos da missão para a sociedade e para o Exército Brasileiro (GIL, 2002).

## 3.2 MÉTODOS

Neste trabalho foi utilizado o método indutivo para auxiliar na compreensão da pesquisa. O método indutivo utilizado foi dividido em três partes: a observação dos fenômenos que geraram a desestabilização do Haiti resultando na criação da MINUSTAH, a relação de causa-efeito entre Haiti, MINUSTAH e, consequentemente a atuação do Exército Brasileiro na operação.

Além disso, este trabalho buscou aplicar um método histórico em seu desenvolvimento, uma vez que buscou nas raízes da desestabilização do Haiti os motivos pelos quais a MINUSTAH foi desenvolvida desta maneira. Neste método, o autor buscou levantar os dados

referentes a missão com o espaço e tempo delimitados, avaliando-os posteriormente e tirando conclusões sobre tais fatos.

Para embasar a argumentação do trabalho, foi realizada uma entrevista com militares que participaram da MINUSTAH em ocasiões distintas para adicionar experiências vividas na argumentação do trabalho. A amostra representada pelos militares ex-integrantes dos contingentes enviados ao Haiti composta por dez militares que participaram das diversas fases da operação, o que busca aumentar a força indutiva do argumento. É importante a diversificação do grupo de voluntários para aumentar o escopo da pesquisa e reforçar o método indutivo, para isso, dentre os entrevistados, estão oficiais e praças que foram enviados ao Haiti desempenhando tanto funções táticas quanto funções administrativas e de comunicação social.

## 3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A entrevista realizada para a confecção deste trabalho busca reunir informações a respeito do preparo dos contingentes a serem empregados no Haiti, assim como a utilidade dos conhecimentos absorvidos durante a operação para os corpos de tropa do Exército Brasileiro e para as operações de combate urbano a serem realizadas internamente. A seguir, serão feitas análises a respeito das respostas apresentadas pelos voluntários.

Para iniciar os questionamentos, foi questionado se o preparo realizado pelo Exército Brasileiro foi condizente com o grau de complexidade da missão. De maneira geral, as respostas apresentadas tenderam à unanimidade de que os militares empregados foram bem preparados para a missão. Segundo o Capitão de Infantaria Mateus Passinho Duarte, que participou do 14º Contingente como Comandante de Pelotão, no ano de 2011, a preparação se iniciou com um pacote de instruções no CCOPAB com a participação de militares que já haviam participado da missão. Segundo o militar, a presença de tais militares direcionavam o foco da preparação e facilitava o preparo.

Para o Segundo Sargento de Infantaria Wilber Wivans Araújo Diéle, que participou do 19º Contingente como Comandante de Grupo de Combate, no biênio 2013/14, a seleção para a missão já exigia um contato prévio com operações semelhantes, o que restringiu ainda mais o universo de militares aptos para a missão. O período de treinamento durou seis meses nos quais diversas situações previstas na operação eram ensaiadas. Para Wivans, o trabalho excepcional realizado pelo CCOPAB junto ao CIOpGLO facilitou a assimilação de conhecimento.

Em um segundo momento, foi verificado entre os entrevistados a respeito dos ganhos práticos na doutrina das operações urbanas trazidos pela MINUSTAH e que puderam ser

aproveitadas internamente em operações realizadas pelo Exército Brasileiro. Segundo o Capitão de Infantaria Réuber Alan Tavares Alves, que participou do 14º Contingente como Comandante de Pelotão no ano de 2011, a possibilidade de se mobilizar um Batalhão de Força de Paz com a única finalidade de se preparar para uma missão real é algo de difícil consecução face as intempestivas demandas que as Organizações Militares recebem comumente. Todos os envolvidos entendiam que do treinamento sairia a capacidade de sobreviver e de cumprir missão no Haiti. Para Réuber, a MINUSTAH influenciou diretamente as tropas do Exército no ganho de conhecimento e na prática das TTPs em Operações Militares em Ambiente Urbano, contribuindo sobremaneira no sucesso das Operações de Pacificação ocorridas em nosso território. Para o Capitão de Infantaria Léo Peracche de Oliveira Júnior, integrante do mesmo 14º Contingente de Réuber, as tropas convencionais do Exército, antes do seu desdobramento no Haiti, possuíam um modesto conhecimento em Operações Urbanas. Devido ao fato da missão ter perdurado de 2004 à 2017, houve um rodízio muito proveitoso entre todos os Comandos Militares de Área, o que possibilitou um ganho considerável nas TTPs urbanas. De forma que esse conhecimento foi reaproveitado nas operações conduzidas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Peracche, todo o procedimento de patrulhamento urbano, patrulha motorizada em área edificada, revista de veículos, revista de pessoal, *checkpoint*, *static point*, ACISO, atividades de apoio às ONGs internacionais que atuavam junto aos efetivos militares puderam servir de experiência e *know-how* para o emprego em solo pátrio por nossas tropas.

A terceira pergunta do questionário buscava identificar o grau de importância dos conhecimentos adquiridos na MINUSTAH para os corpos de tropa do Exército Brasileiro na visão dos entrevistados e questionava se o militar havia empregado os conhecimentos adquiridos em operações internas. Para o Capitão de Infantaria João Carlos Bianchini, integrante do BRABAT no biênio 2015/2016 na função de Comandante de Pelotão, ao retornar do Haiti, os conhecimentos provenientes da operação foram colocados em prática em uma operação de cooperação e coordenação entre agências em conjunto com a Polícia Militar de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, denominada Operação Presença. Segundo o Sargento Wivans, citado anteriormente, todo o conhecimento adquirido é de importância, já que o sucesso de uma operação pode ser estudado e aperfeiçoado. Wivans participou da Operação Arcanjo, ação realizada pelo Exército Brasileiro para a pacificação do complexo do Alemão em 2010 e Operação Ágata, no complexo da Penha e, para ele, o treinamento para tais operações foi baseado nas experiências vividas no Haiti. Para Wivans, a MINUSTAH e as operações realizadas no Brasil se complementam no que se refere ao adestramento e às condutas a serem adotadas.

Finalizando a entrevista, foi perguntado aos entrevistados sobre a efetividade da MINUSTAH como vetor do aprimoramento do Exército Brasileiro. Para o Capitão R1 de Artilharia Sadi Tolfo Filho, integrante dos primeiros contingentes da MINUSTAH em 2004 na função de intérprete do Estado Maior, a MINUSTAH foi de grande importância no que diz respeito a produção de relatórios que serviriam de base posteriormente para o aprimoramento de materiais utilizados em operações de mesmo caráter. Para Réuber, citado anteriormente, a longa duração da operação aliada a alta rotatividade dos militares empregados possibilitou identificar as necessidades de atualização doutrinária e de material pelas quais o Exército precisava passar, vindo irradiar os conhecimentos adquiridos aos seus superiores, pares e subordinados, reverberando em toda Força Terrestre os anseios de modernização necessários ao Exército. Com isso, políticas internas de modernização da Força Terrestre foram priorizadas e aceleradas nos processos de tomada de decisão do Comando do Exército, trazendo evoluções que já estão sendo usufruídas pelos militares do Exército atualmente.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder os objetivos gerais e específicos elencados no início da pesquisa, foram feitas análises bibliográficas em documentos relacionados ao tema e com militares que possuem a vivência prática da MINUSTAH. O objetivo geral da pesquisa era verificar a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH, de 2004 a 2017, sob o aspecto da preparação, emprego e lições aprendidas, no que diz respeito às técnicas, táticas e procedimentos para operações futuras e verificando as consequências para a doutrina de Operações Urbanas do Exército Brasileiro. Como resultado, verificou-se que a MINUSTAH foi não apenas uma missão de êxito do Exército Brasileiro junto à ONU e à comunidade internacional, como também uma oportunidade de adestramento da Força Terrestre no contexto das Operações Urbanas.

Por ter sido uma operação de longa duração que esteve na atividade durante treze anos, a MINUSTAH possibilitou um elevado rodízio de militares que integraram os contingentes enviados ao Haiti. Essa miscigenação permitiu o compartilhamento de informações e a produção de relatórios. Tais relatórios foram base para a evolução doutrinária do combate em ambiente urbano do Exército Brasileiro, dando início ao processo de modernização material da força. Os equipamentos de proteção, os coletes balísticos, o armamento e as viaturas foram adaptados as necessidades do combate urbano e possibilitou a transição do Fuzil FAL/PARAFAL 7,62mm para o Fuzil de Assalto IA2 5,56mm, mais apropriado para a utilização urbana. Assim também foi realizado com as viaturas empregadas, permitindo o processo de transição entre a VBTP Urutu para a VBTP Guarani, com mais possibilidades e equipamentos. Outro fator de destaque foi o desenvolvimento de tecnologias menos letais com base nos relatórios reportados por integrantes do BRABAT. Munições de elastômero, agentes químicos e dispositivos de controle de distúrbios foram fruto dos anos do emprego real e hoje em dia são amplamente utilizados em operações internas de Garantia da Lei e da Ordem.

Por fim, mais do que as evoluções materiais, a Força Terrestre pode adestrar seus recursos humanos para o emprego em operações futuras. As técnicas, táticas e procedimentos sofreram reformulações após a operação no Haiti. Técnicas de patrulhamento, abordagem e revista de pessoal e veículos, *checkpoints*, *static points* ou Pontos de Segurança Estático, Posto de Bloqueio e Controle de Vias, conduta com a população civil e com a imprensa foram um dos principais ganhos que a missão trouxe para a condução de futuras operações urbanas no Brasil. Além disso, dentre os militares entrevistados para a confecção deste trabalho, foi consenso que a preparação da tropa e as lições aprendidas foram de grande importância para o

Brasil no que diz respeito à doutrina e emprego em operações urbanas futuras. Deste modo, é inegável que a MINUSTAH trouxe avanços para a doutrina das Operações Urbanas brasileiras.

O grau de aceitação da MINUSTAH em relação ao universo amostral deste estudo concorda com as afirmações a respeito da efetividade da missão e de seus reflexos para o Brasil. Apesar de pouco vinculada nos canais de comunicação, o que se deve ao fato da velocidade de circulação das informações à época não ser tão elevada quanto nos dias atuais, a operação se demonstrou exitosa no que diz respeito ao adestramento da Força Terrestre.

A atuação do Exército Brasileiro no Haiti sob a tutela das Nações Unidas foi um marco das operações urbanas brasileiras, servindo de adestramento para a força terrestre em termos operacionais e em termos logísticos. Durante os treze anos de operações, esforços foram feitos para condicionar a tropa ao melhor preparo para o emprego definitivo no Haiti. As reformulações doutrinárias, como a atualização do Manual de Campanha – Operações de Manutenção da Paz (C 95 – 1), assim como o aprimoramento dos centros de instruções brasileiros especializados em operações urbanas foram frutos colhidos do emprego da tropa em território haitiano. Além disso, o Exército Brasileiro pôde dar um salto no nível de adestramento de seus recursos humanos por meio de intercâmbios com nações amigas, vindo a se tornar referência regional em operações deste tipo. A criação de órgãos e subdivisões vocacionadas ao preparo da tropa para operações de paz também foram frutos colhidos durante os anos de MINUSTAH. Por fim e, não menos importante, as lições aprendidas serviram de base para o emprego mais eficaz da tropa durante as ações de garantia da lei e da ordem na década de 2010. Por fim, este trabalho conclui que a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH se destacou por trazer inúmeros benefícios para o Brasil e para sua força terrestre.

Outro ponto a ser mencionado nas considerações finais foi o anseio brasileiro em conquistar o assento permanente junto as Nações Unidas. Tal objetivo não foi possível devido ao fato da estrutura inicial do Conselho de Segurança ter se mantido inalterável desde sua criação. Todavia, a participação brasileira exemplar na missão haitiana possibilitou ao Estado Brasileiro a projeção de poder pautada na competência que as forças armadas demonstraram na MINUSTAH. A vanguarda brasileira na missão trouxe ao Brasil o *status* de autoridade regional em operações de paz e abriu espaço para assumir novas missões de paz, como no Congo e na República Centro-Africana.

Considerada exitosa, a MINUSTAH não só ampliou horizontes para o Brasil dentro da sociedade internacional como também possibilitou profundas mudanças estruturais e doutrinárias na força terrestre. Logo, cresce de importância o estudo das Relações Internacionais na Academia Militar das Agulhas Negras como maneira de internalizar a

importância que operações deste tipo sejam valorizadas dentro da Força Terrestre, uma vez que seu corpo discente, composto pelos futuros líderes do Exército Brasileiro, estará encarregado de coordenar futuras operações de mesmo espectro.

# REFERÊNCIAS

BRAGA, A.S. **ONU: Origem, evolução e perspectivas**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CORREA, P. G. P. **MINUSTAH e a diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?** Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU:** De que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Fundação Alexandre de Gusmão, Biblioteca Ledir dos Santos Pereira. Brasília, 2013.

LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

LUCENA, L. L. M. **O Brasil e a MINUSTAH – Ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira "altiva" e "ativa" em operações de paz das Nações Unidas**. Artigo (Especialista em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARQUES, A. A. **A participação brasileira em operações de paz e seus reflexos para as relações civis-militares no Brasil.** Artigo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NEGRETE, A. C. A; SOUSA, E. R. **Demandas dos Grupamentos Operativos de fuzileiros navais durante a MINUSTAH: Contribuições para a base industrial de defesa brasileira.** Artigo – Escola Naval, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, Rio de Janeiro 2018.

.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA

Entrevistado: Major de Infantaria Alan Lopes Mellinger

Sou o Cadete Leal, do 4º Ano do Curso de Infantaria da AMAN e desde já agradeço a participação do Sr.(a) nesta entrevista que servirá como fonte de conhecimento para meu trabalho de conclusão de curso. A MINUSTAH teve por objetivos reestabelecer a ordem e a normalidade institucional do Haiti no período de 2004 à 2017 e demonstrou ser uma grande oportunidade de adestramento em tempos de paz da Força Terrestre. Como consequências, diversos foram os ganhos em relação à capacitação dos recursos humanos, do material empregado e das técnicas, táticas e procedimentos em operações de manutenção de paz e operações em ambiente urbano. Além disso, muito do que foi absorvido na missão foi utilizado internamente em operações urbanas da década de 2010, demonstrando a importância da operação para o Brasil. **O objetivo geral deste estudo é compreender sobre a repercussão da atuação do Exército Brasileiro no Haiti, bem como os reflexos do emprego da tropa no que se refere ao aprimoramento da doutrina de operações em ambiente urbano.**

**1.** Tendo em vista que a MINUSTAH foi uma missão que demandou anos de atividades e contou com diversas fases de atuação da tropa, **em que ano o Sr.(a) participou do contingente enviado e qual foi a função desempenhada pelo Sr.(a)?**

**2.** Quanto à seleção e instrução dos recursos humanos para a MINUSTAH, **o Sr.(a) julga o preparo realizado pelo Exército Brasileiro condizente com o grau de complexidade da missão?**

**3.** O Brasil pré-MINUSTAH possuía experiências pontuais no que diz respeito ao combate urbano e operações de cooperação e coordenação com agências. No entanto, durante a operação, a Força Terrestre trabalhou junto a órgãos internacionais e coordenou com êxito ações com diversos setores da sociedade. **Na opinião do Sr.(a), a MINUSTAH trouxe benefícios para a doutrina de operações urbanas para o Brasil? Em termos de ganhos práticos, a MINUSTAH teve influência no preparo do Exército Brasileiro para as operações realizadas internamente, como as pacificações e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e Operações de Garantia da Lei e da Ordem nas quais a tropa foi empregada?**

**4.** Após o fim do período de emprego no Haiti, os militares retornaram aos batalhões de origem com o conhecimento e com a experiência de missão de paz. **Na opinião do Sr.(a), qual o grau de importância dos conhecimentos adquiridos durante o emprego na MINUSTAH para os corpos de tropa do Exército Brasileiro? Além disso, o Sr.(a) teve alguma experiência na qual teve que utilizar conhecimentos adquiridos na MINUSTAH em operações internas promovidas pelo Exército Brasileiro (Exemplo: Operação Arcanjo, Intervenção Federal de 2018, Operações em Presídios Brasileiros)?**

**5.** O Exército Brasileiro ganhou ao longo dos anos um salto em técnicas empregadas no combate, como o desenvolvimento de tecnologias menos letais, desenvolvimento e emprego da VBTP Guarani, emprego de fuzil de calibre 5,56mm visando o combate urbano e dispositivos de letalidade seletiva. Além disso, foram criados centros de instrução dedicados às operações urbanas e à capacitação pessoal para missões de paz. **Para o Sr.(a), a MINUSTAH foi vetor para o salto de aprimoramento do Exército Brasileiro?**

## APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DAS REPOSTAS

Entrevistado: Major de Infantaria Alan Lopes Mellinger.

**P1**. Participei em 2006 no 7° Contingente como Oficial de Inteligência do DOPaz e em 2012/13 no 17° Contingente como Comandante do DOPaz.

**P2**. Nos primeiros contingente a preparação foi mais empírica, porém o processo foi evoluindo, sendo conduzido pelo CCOPAB. Chegou em um formato que atendia perfeitamente a preparação dos contingentes, com uma duração de cerca de 5 meses.

**P3**. O emprego na MINUSTAH trouxe infindáveis benefícios. As doutrinas maturadas e aplicadas no Haiti foram plenamente utilizadas dentro do território nacional. O Exército Brasileiro era um antes do Haiti e se transformou em outro após. As experiências colhidas do preparo e emprego no Haiti transbordaram para todo o Exército, uma vez que o sistema de rodízio entre as Brigada proporcionou que muitas agregassem a experiência em solo haitiano. Uma vez empregadas no Brasil, tinham o material em melhores condições e as TTP mais efetivas para o combate urbano, principalmente.

**P4**. Os conhecimentos adquiridos durante o emprego do Haiti transformaram o Exército. Não somente na aquisição de materiais de emprego militar mais moderno e desenvolvimento de doutrina de Operações Urbanas ou sob a égide de organismos internacionais, mas criaram uma mentalidade em toda uma geração de militares que só se desenvolve em operações reais ou de longa duração. Aspectos anímicos e atitudinais, onde o Exército Brasileiro evoluiu muito. Nada como o emprego real para produzir militares focados na atividade fim de uma força terrestre.
Os conhecimentos adquiridos foram amplamente empregados em inúmeras operações: Rio + 20, Jornada Mundial da Juventude, Segurança do Papa, Intervenção Federal, Operação Arcanjo no Alemão e Pacificação da Maré, Jogos Olímpicos Rio 2016, dentre outras.

**P5**. A MINUSTAH foi o grande vetor para esse salto. Ter a referência de batalhão em prontidão e completo para a guerra e com as dificuldades logísticas de ser sustentado em outro país foi o grande vetor de transformação do Exército Brasileiro no emprego em Operações Urbanas. Por isso, sou TOTALMENTE favorável no desdobramento no mais curto prazo de outro BRABAT em Operações sob a égide da ONU em território estrangeiro. Não podemos perder aquilo que conquistamos com 13 anos de emprego real ininterrupto no Haiti.